

REVISTA MARACANAN

Artigo

Experiências sociais rurais e as implicações dos silenciamentos: diálogos entre História e Sociologia

Rural social experiences and the implications of silencing: History and Sociology dialogues

Francivaldo Alves Nunes*

Universidade Federal do Pará
Ananindeua, Pará, Brasil

Recebido em: 09 ago. 2019.

Aprovado em: 14 dez. 2019.



* Professor Associado da Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando nos cursos de graduação do Campus de Ananindeua, no Programa de Pós-graduação em História Social, Campus de Belém, no Programa de Pós-graduação em Ensino de História, Campus de Ananindeua, e no Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura, Campus de Cametá. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense; Mestre em História Social da Amazônia e graduado em História pela UFPA. (francivaldonunes@yahoo.com.br)
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2750-0625>
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4125313573133140>

Resumo

Este artigo recupera, nos estudos rurais no campo da historiografia e sociologia produzidos a partir da segunda metade do século XX, questões associadas a importância de compreendermos os espaços agrários do ponto de vistas das experiências sociais camponesas que coexistem com outros modos de produzir, mantendo relações de interdependência, fundamentais a reprodução social. Surge de uma necessidade de resposta aos que apostam no silenciamento das experiências sociais desenvolvidas pelas populações do campo como estratégia de dominação e apropriação das terras historicamente ocupadas por estas comunidades. Neste aspecto, procuramos apresentar um conjunto de trabalhos que nos permite pensar acerca das transformações do rural, da diversidade das formas de existência no e do campo e sobre o conhecimento produzido das diversas situações. A proposta é superar a crença no caráter único e inexorável de apenas uma via de desenvolvimento, o que privilegiaria os grandes estabelecimentos agroindustriais, hoje batizados de agronegócio, para desde o início apontar que devemos estar atentos à pluralidade do rural. Ao esquadriharmos a produção acadêmica com as transformações políticas e sociais no Brasil e como agentes sociais anteriormente silenciados foram emergindo, observamos não mais um mundo rural dicotômico, dividido entre dominantes e dominadores, mas gradualmente surgem descrições e análises de um campesinato marginal as áreas de grandes plantações, nas margens dos rios e ocupando os espaços de florestas, como sitiantes, colonos, posseiros, arrendatários, agregados, moradores, extratores, ribeirinhos, entre outros. O mérito desta reflexão é apresentar o processo de construção nos estudos da sociologia e da história de uma representação do espaço rural que permitiu que estes grupos fossem visibilizados na sua experiência de acesso e uso da terra.

Palavras-chave: Estudos Agrários. Sociologia e História. Populações Rurais.

Abstract

This article recovers, in rural studies in the field of historiography and sociology produced from the second half of the twentieth century, issues associated with the importance of understanding agrarian spaces from the point of view of peasant social experiences that coexist with other modes of production, maintaining relationships. interdependence, fundamental to social reproduction. It arises from a need to respond to those who bet on the silencing of the social experiences developed by the rural populations as a strategy of domination and appropriation of the lands historically occupied by these communities. In this aspect, we seek to present a set of works that allow us to think about the transformations of the rural, the diversity of forms of existence in and of the countryside and about the knowledge produced from the various situations. The proposal is to overcome the belief in the unique and inexorable character of only one developmental path, which would favor the large agricultural establishments, today called agribusiness, from the outset to point out that we must be aware of the plurality of the rural. As we scrutinize academic production with political and social transformations in Brazil, and as previously silenced social agents have emerged, we no longer see a dichotomous rural world divided between dominant and dominant, but gradually come descriptions and analyzes of a marginal peasantry in the areas of large plantations, on the banks of the rivers and occupying the spaces of forests, such as besiegers, settlers, squatters, tenants, households, residents, extractors, among others. The merit of this reflection is to present the process of construction in the studies of sociology and history of a representation of rural space that allowed these groups to be seen in their experience of access and use of land.

Keywords: Agrarian Studies. Sociology and History. Rural Populations.

Mais de 15% do território nacional é demarcado como terra indígena e quilombolas. Menos de um milhão de pessoas vivem nestes lugares isolados do Brasil de verdade [...]. Vamos juntos integrar estes cidadãos e valorizar a todos os brasileiros.¹

A fala do presidente do Brasil Jair Bolsonaro, publicada no *Twitter* em 02 de janeiro de 2019 e reproduzida no *Portal G1*, além de outros canais de notícias, expressa bem a percepção do novo governo sobre as populações quilombolas e indígenas, incluindo-se também as comunidades ribeirinhas e extrativistas, que tem na experiência de uso da terra, práticas que contrariam os interesses voltados para defesa da grande produção para os mercados internacionais, perfil do agronegócio.

A retórica é deslegitimar as experiências de vida destas populações, não reconhecendo, do ponto de vista do Estado brasileiro, suas histórias e negando a possibilidade de sua existência. Para sermos mais enfáticos, significa negar o direito à vida, do ponto de vista individual e de existência como grupo. Trata-se de uma negativa as formas de vida segundo seus usos, costumes e tradições, diferenciados da sociedade hegemônica nacional. Neste aspecto, corresponde uma fala não isolada, mas que comunga com interesses dos empresários do agronegócio como pecuaristas e grandes produtores de soja, que reservam intenções em se apropriar de terras ocupadas por populações camponesas. Envolve um discurso que reserva ao espaço agrário como modelar para as empresas monocultoras que visam explorar o território brasileiro para atender ao mercado internacional.

A preocupante proposição do presidente Bolsonaro do que considera "integrar estes cidadãos e valorizar todos os brasileiros" e os efeitos que este tipo de posicionamento provoca, levou-nos a fazer uma releitura de um momento importante da sociologia e da história no Brasil como campos de reflexões das experiências sociais rurais. No caso, da segunda metade do século XX, quando uma diversidade de populações que desenvolvem suas estratégias de sobrevivência no campo ganham espaços de reflexão nos estudos acadêmicos. Tanto no campo da História, como da Sociologia, a esperança de democratização do Estado e da sociedade no Brasil, a partir do final da Segunda Guerra, principalmente a partir de Assembleia Constituinte de 1964, quando o tema da reforma agrária passa a figurar entre os mais polêmicos, acelerou maiores interesse de intelectuais pelos estudos de grupos camponeses nas áreas rurais. O entendimento é que estes novos estudos não apenas revelam aspectos da complexidade do espaço rural brasileiro, mas se constituem como instrumento de luta e fortalecimento de identidade destas populações, associado aos novos olhares que agentes e agências públicas passam a estabelecer sobre estas populações.

Claro que aqui faremos recorte, seleção, considerando o fio condutor de análise e objetivo a ser alcançado, o que implica em escolha, mas principalmente em deixarmos de fora

¹ BOLSONARO, Jair M. (@jairbolsonaro). *Twitter*. Publicado em: 2 jan. 2019. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1080468589298229253>. Acesso em: jan. 2019.

uma série de outros trabalhos, a quem de antemão já nos desculpamos. Ao fazer este debate, temos a convicção de que por este caminho fortaleceremos a percepção da diversidade dos atores do mundo rural e agroindustrial. Este é o ponto principal de orientação para escolha desta produção historiográfica e a literatura sociológica, associada ao impacto acadêmico destes trabalhos como estudos de referência. Optou-se, portanto, por trabalhos que negaram a crença no caráter único e inexorável de apenas uma via de desenvolvimento do capitalismo no campo: a que privilegia os grandes estabelecimentos agroindustriais, hoje defendido por bancada de parlamentares que se identificam como "ruralistas" ou empresários do agronegócio. Aliás, a retórica atual sobre o agronegócio inscreve-se numa antiga tradição de exclusivismo das elites agrárias. Claro que se trata de uma estratégia de persistir a parte para esconder o todo, silenciando uma reflexão que percebe o mundo agrário como dinâmico, conflituoso e diverso, principalmente quanto as populações que ocupam esse espaço.

A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no Sul e Norte do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poli produtores resultantes dos assentamentos de reforma agrária.

Estamos querendo fugir também de uma reflexão que embora considere estas experiências como diversas, carregam noções preconcebidas, como a caracterização como praticantes de uma agricultura de subsistência e desprovidos de mecanismos de geração de renda. Assim, necessitam de intervenção exterior de modo a modernizar suas práticas agrícolas para se posicionarem no patamar de geradoras de renda e de maior inserção no mercado.

A sociologia em defesa de um campesinato diverso

A retórica de integrar as populações rurais do Brasil a uma lógica capitalista de produção pautada na condição de grande exportador agrícola e agroindustrial, ao que se observa, não reconhece como potencialmente econômica, as diversas experiências de uso da terra desenvolvidas por estas comunidades. Por outro, reproduz estereótipos frequentes até metade do século XX, em que a grande lavoura de café, cana-de-açúcar, algodão, cacau, tabaco e borracha ou a pecuária extensiva, considerando o período de desenvolvimento da produção destes produtos para exportação, pretendiam deter o monopólio dos interesses econômicos a serem contemplados nas políticas estatais de desenvolvimento.

Ao que se observa atualmente na defesa do agronegócio, e que tem na presidência da República seu maior difusor, trata-se de uma reflexão de exclusivismo das elites agrárias que buscam polarizar o debate entre os que produzem e os que não produzem. A ideia de uma vocação para apenas uma via de desenvolvimento, a partir de grandes estabelecimentos agroindustriais, para lembrarmos o estudo de Afrânio Garcia Júnior e Beatriz Alasia de Heredia, é invocada para impedir a percepção da profunda diversidade dos agentes que atuam no espaço agrário.²

Do ponto de vista dos estudos quanto a apreensão dos modos de sociabilidade e experiências de acesso, usos e ocupação da terra, presentes no espaço rural, mesmo após a abolição da escravatura, foi marcado pela dicotomia casa grande e senzala, opressor e oprimido, desenvolvido e rudimentar, senhor e servo. A narrativa do desenvolvimento, da produção de riqueza e crescimento econômico voltava-se para uma maior compreensão do primeiro em detrimento do segundo, ou quando não, pautava no dominado uma condição de marginalidade e subserviência. Trata-se de uma análise construída a partir da compreensão do grande domínio agroindustrial, firmado na grande propriedade.

As descrições e análises do que poderíamos chamar de uma experiência de campesinato marginal às áreas de grande plantação são observadas nos estudos de Antonio Cândido *Os parceiros de Rio Bonito*, publicado em 1964, sobre as experiências de trabalhos desenvolvidos nas regiões onde a cafeicultura entrou em decadência.³ Neste aspecto, a obra de Manuel Correia de Andrade *Rios de açúcar do Nordeste Oriental*, de 1957, torna-se inaugural ao procurar compreender o processo de ocupação da periferia das regiões canavieiras.⁴ Cita-se ainda os estudos de Giralda Seyferth *A colonização no Vale do Itajaí-Mirim*, de 1974, sobre a ocupação de terras destinadas exclusivamente a famílias de imigrantes europeus, como o vale de Itajaí, e da serra gaúcha ou partes do Paraná, através da obra de José Vicente Tavares dos Santos, *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*, de 1978.⁵

As referências apontadas anteriormente, mesmo os trabalhos produzidos na década de 1970, estão mergulhados no contexto dos anos finais da Segunda Guerra Mundial. Como aponta Francisco Corsi, corresponde a um período que permitiu mudanças no espaço político e intelectual brasileiro, como o fim da censura à imprensa e a liquidação do marco autoritário do

² GARCIA JUNIOR, Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia. Campesinato, família e diversidade de explorações Agrícolas no Brasil. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. Vol. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo; Brasília: Ed. UNESP; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

³ CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1964.

⁴ ANDRADE, Manuel Correia de. *Os rios do açúcar no Nordeste oriental*. Recife: IJNPS, 1957..

⁵ SEYFERTH, Giralda. *A colonização do vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974; SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

Estado Novo.⁶ Para Aspásia Camargo, a esperança de democratização do Estado e da sociedade no Brasil fez crescer entre os círculos de intelectuais o interesse pelas classes populares das cidades e dos campos, passando o tema da reforma agrária a figurar entre os que mais desencadearam polêmicas na Assembleia Constituinte de 1946 e no parlamento brasileiro até o golpe de 1964. Inaugura-se dessa época em diante a produção de trabalhos acadêmicos voltados para estudo da morfologia social das redes de sociabilidades onde se afirma novos agentes sociais no espaço agrário, como sítiantes, pequenos produtores, arrendatários e posseiros.⁷

O final dos anos 60 marca, para Garcia Junior e Grynszpan, outro momento exemplar na produção de monografias baseadas em pesquisas de campo, em que o estudo de pequenos produtores agrícolas ganham lugar de destaque.⁸ Importante ressaltar que se trata de um dos momentos mais violentos da ditadura militar, anos de 1968 e 1975, quando estudante foram expulsos ou suspensos das universidades, professores e pesquisadores foram demitidos sumariamente e a tortura de opositores se tornou prática corriqueira. Neste aspecto, estudar os grupos sociais subalternos, marginalizados e estigmatizados como índios, negros e pobres se transformou em atividades intelectuais asseguradora do prestígio acadêmico. Se constituía em uma resposta ao desprezo dos grupos dominantes da época, como oficiais militares, engenheiros e economistas, as camadas sociais populares, pois entendiam que estas não se voltavam, na sua experiência de trabalho e produção, para aceleração do crescimento econômico do Brasil.

Os trabalhos já citados de Manuel de Andrade e Antonio Cândido, por exemplo, voltam suas preocupações para as transformações sociais do espaço agrário estabelecendo largo uso de representações coletivas empregadas pelos diferentes agentes sociais. Nas margens dos canais do Nordeste ou dos cafezais do Sudeste, a diferenciação social era uma constante, tanto para os grupos dominantes quanto para os dominados. Neste aspecto, a importância destes trabalhos estão associadas a preocupação em entender os modos de dominação social, as tensões a que estão submetidos, as mobilizações de diferentes grupos e seus efeitos, assim como as possíveis transformações conquistadas.⁹

O feixe de preocupações apontadas com os novos estudos sobre os espaços rurais brasileiros implicava distanciar-se de qualquer perspectiva homogeneizadora dos grupos sociais em disputa, sobretudo as leituras dicotômicas simplistas, que associam os agentes a exploradores e explorados, opressores e oprimidos, dominados e dominantes. Há de se

⁶ CORSI, Francisco Luiz. Política econômica e nacionalismo no Estado Novo. In: SZMERECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson. *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 9.

⁷ CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. Vol. 3: O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1981, 134.

⁸ GARCIA JUNIOR, Afrânio Raúl; GRYSZPAN, Mario. Veredas da questão agrária e enigmas do grande sertão. In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira: 1970- 2002*. São Paulo: Sumaré; ANPOCS, 2002, p. 311-348.

⁹ ANDRADE, Manuel Correia de. *Os rios do açúcar...* Op. cit.; CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio...* Op. cit.

considerar que este tipo de compreensão é usual e importante na construção de retórica de denúncia de injustiças sociais, no entanto, não é muito válido quando se busca entender os processos de transformações sociais e formas de percepção e experiência da vida cotidiana.

As categorias sociais diante destas novas interpretações ganham sentido na experiência concreta de sua atuação, com existência atestada por seu uso pelos vários agentes sociais com que convivem, ou ainda que as usam para designarem suas próprias condições no espaço social. Em outras palavras, estamos dizendo que, os significados e as expressões que qualificam estas categorias estão associados e ganham sentido com a especificação das formas de dominação a que estão inseridas. Isto explica, por exemplo a necessidade de diferenciação de categorias como sitiantes, pequenos proprietários, posseiros, ou ainda arrendatário ou parceiros, colonos, agregados e moradores, pois as formas de dominação a que estão inseridas são diferentes. O conhecimento destas categoriais pressupõe, portanto, que se especifique o feixe de relações sociais em que se inscrevem.

Outra questão importante desvelada a luz destes novos estudos é que a simples análise da posição ocupada por todo agente no espaço social não esgota o exame das questões que permitem entender o comportamento dos indivíduos, assim como não é possível dimensionar a percepção de que são portadores e que informam suas reações, práticas e estratégias. Aos que defendem o não silenciamento das diversidades de experiências sociais rurais, confirma-se a pertinência da tentativa de se especificarem os modos de existência de grupos sociais, as experiências individuais e coletivas estabelecidas, considerando as formas de dominação a que se inserem.

Sobre a questão que envolve existência, convivência e formas de controle e domínio se destaca o estudo de Lia Fukui *Sertão e bairro rural: parentes e família entre sitiantes tradicionais*, de 1979, sobre sitiantes em São Paulo; as análises de repertórios estatísticos como as empreendidas por José Graziano da Silva, em *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, de 1978; as densas monografias de cunho etnográfico como os estudos realizados sobre regiões do Estado do Rio de Janeiro por Eliane Cantarino O'Dwyer Gonçalves Bastos em *Laranja e lavoura branca*, de 1977; ou, por Delma Peçanha Neves *Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo de formas de subordinação de pequenos produtores agrícolas ao capital*, de 1981.¹⁰ Mais ao Sul do país, destacam-se os trabalhos que analisam o campesinato tendo por origem a imigração europeia de finais do século XIX, desfrutando de formas de estabilidade de condições de reprodução sem equivalentes nos outros casos, como a obra de Giralda Seyferth sobre descendentes de alemães e a de José Vicente Tavares dos Santos sobre descendentes de italianos, citadas

¹⁰ FUKUI, Lia. *Sertão e bairro rural: parentes e família entre sitiantes tradicionais*. São Paulo: Ática, 1979; SILVA, José F. Graziano da. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978; BASTOS, Eliane Cantarino O'Dwyer. *Laranja e Lavoura Branca. Um estudo das unidades de produção camponesa da Baixada Fluminense*. 1981. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; NEVES, Delma Peçanha. *Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo de formas de subordinação de pequenos produtores agrícolas ao capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

anteriormente.¹¹ Ao Norte do Brasil ganham relevo os estudos sobre a particularidade do campesinato de fronteira na Amazônia, como investigado por Otávio Velho *Frente de expansão e estrutura agrária no Brasil*, de 1974, José de Souza Martins *Expropriação e violência*, de 1980, Neide Esterici *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*, de 1987, e Leonarda Musumeci *Mito da terra liberta: 'colonização espontânea', campesinato e patronagem na Amazônia Oriental*, de 1988.¹² São trabalhos que impuseram, portanto, novas questões, renovando análises sobre o processo de transformação do espaço rural, incorporando modos de existência pautados em laços familiares, estratégias de casamento, pertencimento cultural, vínculos a bens patrimoniais, exercício de domínio e violência.

Os estudos para o Norte do Brasil incorporaram muitas destas questões ao discutir os programas de colonização e a violência em torno do processo de ocupação da terra. Sobre estes temas ganham relevo o trabalho de Otávio Ianni *Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia*, de 1979, para quem os programas de colonização pensados pelo Estado brasileiro, a partir de 1970, desconsideraram o caráter diverso da população rural, assim como dos agentes beneficiados por estes programas. No caso, tratava-se de ações entendidas pelo autor como contrarreforma agrária, ou seja, política de terras pensada de modo a desestruturar o debate sobre a reorganização do campo e democratização do acesso à terra, o que beneficiaria o avanço do grande capital na região por meio da implantação do agronegócio, pecuária, mineração e extrativismo de grande porte.¹³

O silenciamento das populações rurais aparecia nestes projetos como estratégia de dominação e imposição de interesses, priorizando um modelo de produção voltado para comercialização e constituição de grandes propriedades agroexportadoras. Isto se efetivava, a partir dos impactos dos incentivos fiscais que introduzem capital financeiro e industrial na região, a disponibilidade de terras, o plano viário, a especialização de áreas para plantio ou pecuária, o avanço do agronegócio e o estímulo à formação de um mercado de trabalho que funciona em cadeia com a colonização, a partir da introdução de colonos.

As reflexões anteriores orientam outros estudos, a exemplo dos trabalhos de Jean Hébert, para quem os silenciamentos sobre a diversidade da população que ocupava os espaços rurais amazônicos estão associados ao que de importante ocorreu na região em termos de conflitos pela posse da terra. No caso, destaca o cerco às populações indígenas e aos povos da floresta, etapa que poderia ser demarcada inicialmente a partir da década de 60, com a abertura de rodovias e a introdução de projetos agroindustriais. Sobre a questão revela

¹¹ SEYFERTH, Giralda. *A colonização do vale... Op. cit.*; SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho... Op. cit.*

¹² VELHO, Otávio. *Frente de expansão e estrutura agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972; MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência*. São Paulo: Hucitec, 1980; ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987; MUSUMECI, Leonarda. *Mito da terra liberta: 'colonização espontânea', campesinato e patronagem na Amazônia Oriental*. São Paulo: Vértice; ANPOCS, 1988.

¹³ IANNI, Octávio. *Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

que “o latifúndio engole as roças, mas o camponês resiste à expulsão, recusa a proletarização, luta contra o cativo e defende sua autonomia”.¹⁴

Ao chamar atenção para o fato de que no Brasil agrário as relações entre os grupos se definem em função de uma forte oposição e contradição, sob a qual pesam um conteúdo repressivo e violento na luta pelo controle dos recursos, da mão de obra e pela posse da terra, Rosa Elizabeth Acevedo Marin destaca o não reconhecimento da diversidade dos grupos rurais na Amazônia, principalmente pelo Estado brasileiro, com responsável pelo acirramento dos conflitos e o conseqüente processo de dizimação dessas populações, uma vez o poder público não legitima os direitos de propriedade historicamente construídos por estas populações.¹⁵

Ao que se observa, os estudos sobre a fronteira amazônica foram importantes para revelar as experiências sociais diversas vivenciadas pelas populações rurais, uma vez que a própria ideia de fronteira se fundamenta na compreensão da complexidade das relações que se estabelecem no interior deste espaço. Como exemplo citamos os estudos de José de Sousa Martins, para quem a fronteira é um lugar onde complexas relações espaciais, culturais, étnicas, de visões de mundo, de história e historicidades são estabelecidas. Trata-se de um local de disputa por agentes sociais diversos, com experiências históricas e vivências diferentes. No caso, destaca que “a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos, por diferentes grupos humanos”.¹⁶

Na fronteira, para Martins, em razão de uma maior ausência das agências de fiscalização e controle do Estado, ganhavam protagonismo experiências sociais construídas pelos grupos que ocupavam este espaço.¹⁷ Trata-se de pensar que a disseminação da propriedade privada em áreas de fronteira se constituiu de forma ilegítima e fora dos padrões de legalidade. Em outras palavras, podemos considerar que fronteira é o espaço onde as agências de Estado ainda não estão atuando de forma sistemática, bem como é local de encontro de culturas e costumes diferentes, em que os valores são marcados pela correlação de forças sem mediações de instituições, o que exige conhecer os grupos locais e as relações que estabelecem com o espaço. Pode ainda constituir um espaço marcado por relações de solidariedade e parentesco como fundamentais para assegurar a permanência, o que pressupõe conhecer estes agentes, ou ainda estar associado ao local de compartilhamento de experiência em torno do pouco conhecimento que se tem da região. Ao buscarmos compreender as diversidades das experiências do homem do campo, não podemos deixar de considerar que a fronteira pode ser, ainda, o local em disputa, a ser conquistado, povoado e dominado territorialmente.

¹⁴ HÉBETTE, Jean (org.). *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991, p. 7.

¹⁵ MARÍN, Rosa Elizabeth Acevedo. Conflitos agrários no Pará. In: FONTES, Edilza Joana Oliveira (coord.). *Contando a história do Pará*. Vol. II: os conflitos e os grandes projetos na Amazônia contemporânea (Século XX). Belém: E. Motion, 2002.

¹⁶ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 09.

¹⁷ MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência*. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 07.

Considerando que os estudos de fronteira, necessariamente pressupõe revelar trajetórias de grupos sociais, estes tem o mérito de fazer uma observação sistemática de grupos subalternos do mundo rural e a pertinência da análise das categorias nativas como revelador da dinâmica social e da legitimidade maior e menor dos modos de dominação em vigor. Importante destacar que estes estudos referidos retomavam questões e retóricas de argumentação empregadas na discussão sobre a relação entre os modos de existência do campesinato e o desenvolvimento do capitalismo no campo, incitando a uma leitura mais cuidadosa dos diferentes participantes.

Ao que se observa, se em um primeiro momento os estudos de sociologia rural aprontavam para a necessidade de revelar aspectos da diversidade das experiências do espaço agrário como estratégia para fugir de uma dicotomia que empobrecia a análise social deste ambiente. A própria dinâmica de alguns espaços acabavam orientando os pesquisadores a problematizar ainda mais a questão. No caso dos espaços de fronteiras e suas peculiaridades, por exemplo, perceber a dinâmica e as múltiplas experiências vivenciadas nestes espaços é algo que está implícito na própria concepção conceitual do termo, o que significava para os estudos que se voltavam para analisar estes espaços, a necessidade de apontar a atuação de agentes sociais até então silenciadas.

Múltiplas e variadas histórias

Do ponto de vista dos estudos de história, é na década de 70, do século XX, que se constrói a partir dos estudos de Ciro Cardoso e Jacob Gorender a ideia de que o Brasil deveria ser explicado a partir de noções de modos de produção secundários. De acordo com Márcia Motta eram possíveis outras leituras, o que envolvia a análise da atuação de novas personagens para o ambiente rural, seguindo os caminhos já apontados pela sociologia.¹⁸

Um primeiro caso é o trabalho de Jacob Gorender *O Escravismo Colonial*, de 1978. No caso, estava preocupado em compreender a atuação dos homens livres assalariados na plantagem, os agregados e pequenos cultivadores não escravistas.¹⁹ A tese defendida era de que estes homens livres estiveram inseridos no modo de produção escravista colonial como relação subsidiária. Neste aspecto, tanto a economia do agregado, como a do posseiro, não seriam exemplos de um modo de produção específico, mas um componente secundário da formação social dominada pelo escravismo colonial. Neste aspecto, Márcia Motta revela que Gorender se apoiou, de fato e acriticamente, nos argumentos desenvolvidos por Maria Silvia de Carvalho Franco que defendeu, em 1964, a tese *Homens livres na ordem escravocrata*, publicada em 1969, que tem o mérito de procurar reconstituir as experiências e vida de

¹⁸ MOTTA, Márcia M. M. *O Rural à 'la gauche': campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996)*. Niterói, RJ: Ed. UFF, 2014; CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e Sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984; GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

¹⁹ *Idem*.

homens pobre, que embora não escravizados, tinham seus destinos condicionados a escravidão.²⁰

Carvalho Franco, embora revele um espaço rural diversificado, procura não apresentar uma análise fragmentada da realidade investigada, entendendo que as ações de homens livres e pobres estavam inseridas nas relações sociais de dominação e submissão, importantes para se entender como essas relações se constituem a partir da economia e das estruturas sociais. Neste aspecto, a autora destaca que o capital constitui-se em um princípio determinante das condições de existência social e de definição das relações de dominação que marcam os espaços agrários.²¹

De acordo com Márcia Motta, Carvalho Franco se baseou em Caio Prado Júnior para defender a hipótese de um capitalismo comercial presente na economia brasileira.²² Há de se destacar que o capitalismo comercial, segundo Prado Júnior, também teria gerado não apenas relações subsidiárias no sistema escravista, mas economias complementares, com as drogas do sertão, do Norte do Brasil.²³ Ressalta-se que estes estudos de Prado Júnior estão associados ao período classificado como moderna historiografia brasileira que emergia com o Golpe de 1930 em meio à produção de correntes explicativas que buscavam compreender a sociedade brasileira à luz de certas teorias e métodos, que eram vistos por seus defensores como instrumentos válidos para decifrar o enigma da constituição de sua nação, ou seja, repensar o país, a sua história e os seus elementos formadores.

Adotando o modelo teórico do materialismo histórico formulado no século XIX por Karl Marx e Friedrich Engels, Prado Júnior buscou delinear o que ele denominou "o sentido da colonização". Para o autor, a circunstância constitutiva da realidade brasileira, presente ainda no início do século XX, seria a construção, no período colonial, de uma sociedade e uma economia, voltadas para a satisfação do mercado externo. Neste aspecto, as estruturas da história brasileira teriam sido erguidas sobre os alicerces da dependência em relação aos ditames da economia internacional, e não sobre as bases de um projeto para a formação de uma nação autônoma diante de seus colonizadores.²⁴ Diante destas observações, a agricultura em área periférica, como na Amazônia, aparece como atividade econômica secundária, pois não tinha por objeto o comércio externo, o que promovia a não valorização da terra, considerando as relações de compra e venda. A economia na região estava posicionada, portanto, como categoria de segunda ordem. Tratava-se de atividade subsidiária destinada a amparar e tornar possível a realização do extrativismo. Não se caracterizava como uma economia colonial amazônica, servindo apenas como acessória. Esta observação, embora orientasse as pesquisas em história a um não reconhecimento da importância de se estudar as

²⁰ MOTTA, Márcia M. M. *O Rural à 'la gauche'...* Op. cit., p. 171; FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: IEB-USP, 1969.

²¹ *Idem*.

²² MOTTA, Márcia Maria Menendes. *O Rural à 'la gauche'...* Op. cit., p. 171.

²³ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

²⁴ *Idem*.

populações rurais da região, pelo pouco significado destas experiências de trabalho e produção para o desenvolvimento da economia brasileira, mostrava que outras experiências de acesso, uso e ocupação da terra estavam sendo desenvolvidas.

Ciro Flamarion Cardoso em *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará*, de 1984, destaca que o regime escravista permitia certa margem de economia própria dos cativos, embora não modificasse, no essencial, sua condição econômica. Cardoso, no entanto via a possibilidade de um universo rural mais complexo, onde os escravos, ainda que submetidos às condições de mercadoria, poderiam ter acesso a terra como camponeses e que tal acesso configuraria como um costume diverso daquele que conhecemos na perspectiva da propriedade privada capitalista.²⁵

Observa-se que, desde a década de 1960, inauguram-se leituras no campo da história e sociologia voltadas para o estudo da morfologia social das redes de sociabilidade, onde se afirmam novos contingentes de sitiantes e de pequenos produtores. Preocupação semelhante pode ser detectada nos livros de Maria Isaura Pereira de Queiróz *O campesinato brasileiro: ensaios sobre a civilização de grupos rústicos no Brasil*, de 1973, e de Maria Sylvia de Carvalho Franco, de 1969, já citado, em que a noção de espaço rural se apresenta como o lugar de modos de vida e de culturas particulares, em contraponto à ênfase exclusivista nas fazendas de café.²⁶

No final dos anos 70, a institucionalização da linha de pesquisa "História Agrária" ou "História Social da Agricultura", sob a responsabilidade de Maria Yedda Leite Linhares e Robert Slenes, na pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) favoreceu a produção de monografias baseadas em pesquisas de campo pacientes e minuciosas, em que o estudo de pequenos produtores agrícolas, tiveram um lugar de destaque, revela Marcia Motta.²⁷

De todo modo, apoiados na obra *História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias*, jovens historiadores teriam atendido às provocações de Yedda Linhares e Teixeira da Silva, produzindo várias pesquisas, não apenas contemplando diversas regiões do país, mais revelando aspecto dos espaços rurais brasileiros marcados pela diversidade de experiências com uso e exploração da terra, em diferentes relações de trabalho e produção.²⁸ Ainda em 1981, Teixeira da Silva defendeu a dissertação: *Camponeses e criadores na formação social da miséria*, orientado por Yedda Linhares.²⁹ Pouco tempo depois, foi a vez da apresentação da dissertação de mestrado de Hebe Mattos de Castro, *À margem da história:*

²⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e Sociedade... Op. cit.*

²⁶ QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre a civilização de grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na... Op. cit.*

²⁷ MOTTA, Márcia M. M. *O Rural à 'la gauche'... Op. cit.*, p. 211.

²⁸ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

²⁹ SILVA, Francisco C. Teixeira da. *Camponeses e Criadores na Formação Social da Miséria (1820-1920)*. 1981. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).

homens livres pobres e pequena produção na crise do trabalho escravo, publicada em livro com o título *Ao sul da história*, em 1987.³⁰

Em fins dos anos 1990, considerando os caminhos percorridos por estes trabalhos inaugurais, novas questões foram colocadas em relação à dinâmica de sobrevivência de pequenos produtores e posseiros. Autores passaram a ficar mais atentos às estratégias de sobrevivência de pequenos produtores e cativos, imprimindo uma maior complexidade ao tecido social rural.

No campo da história foi publicado, em 1998, o livro *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*, uma das obras, senão a principal, responsáveis por recuperar a importância dos estudos sobre a história rural no Brasil. A pesquisa demonstraria, com base em um intenso cruzamento de fontes e em constante diálogo com a produção acadêmica sobre a apropriação territorial, as diversas leituras sobre a primeira lei agrária do Império, a Lei de Terras de 1850. Ao compreendê-la enquanto espaço de luta, o trabalho se propôs a investigar como a lei foi instrumentalizada pelos fazendeiros, além de analisar as razões mais profundas que fizeram emergir a sublevação dos homens pobres e agregados em uma fazenda fluminense, e que imprimiriam outro sentido àquela norma legal.³¹

Ao fazer um balanço dos trabalhos historiográficos sobre o rural, Márcia Motta destaca que é no Rio Grande do Sul que assistimos ao reaparecimento de estudos voltados para a história agrária, guardando espaço importante para as experiências camponesas.³² No caso, é digno de registro, por exemplo, o livro de Paulo Pinheiro Machado sobre um dos mais importantes conflitos agrários do alvorecer do século XIX: o Contestado. Nesta ocasião, o autor apresentou um estudo sobre os dilemas, conflitos e atuação dos agentes sociais envolvidos no conflito, revelando as origens sociais e a atuação política das lideranças sertanejas.³³

Ainda, segundo Motta, nos anos 1990 e no início do século seguinte, dois novos estudos se tornaram fundamentais para o estudo em história agrária. No caso, *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*, de Paulo Zarth, e *O império português no sul da América. Estancieros, lavradores e comerciantes*, de Helen Osório Silva.³⁴ Esses

³⁰ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

³¹ MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

³² MOTTA, Márcia. O rural redescoberto: novas perspectivas nos estudos sobre a história do direito à terra no Brasil. *Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. (Site). Publicado em: 1º nov. 2011. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=72&id=893#seis>. Acessado em: 4 ago. 2019.

³³ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2004.

³⁴ ZARTH, Paulo. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2002; SILVA, Helen Osório. *O império português no sul da América. Estancieros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Ed. UFRS, 2007.

trabalhos foram referenciados nos estudos de autores que formaram uma geração de novos historiadores gaúchos, como Cristiano Christillino e Marcio Both, por exemplo.³⁵

Sem mais nos alongar, citamos aqui alguns outros estudos, que de acordo com Motta, passaram a ter influência do campo do direito, em particular do direito agrário, trazendo à tona a dimensão histórica da luta pela terra, como de Elione Guimarães sobre a luta pela terra dos afrodescendentes; Marina Machado e de Francisco Pinto. Autores em cujos trabalhos se adensariam as discussões em torno da própria ideia de propriedade, nos embates entre índios e senhores de escravos ou ainda entre colonos e empreendedores, como nos estudos de Carlos Leandro Esteve. Destaque ainda para os estudos que voltam para os dilemas que envolvem a agricultura e colonização em terras de florestas, como a pesquisa de Francivaldo Nunes.³⁶

Nesta relação entre agricultura e colonização em terras de floresta, nos estudos que apresentamos em 2008 em forma de dissertação e publicamos em 2010 com o título *Benevides: uma experiência de colonização na Amazônia do século XIX*, procuramos ressaltar o significado que a agricultura tomou nestes espaços de colonização. Isto, não apenas sob o ponto de vista das rendas econômicas que esta poderia gerar para os colonos e para os administradores provinciais, mas como ação estratégica para assegurar a posse e ocupação das terras na Amazônia. Procuramos demonstrar que o entendimento, principalmente dos governantes locais, era de que a agricultura se constituía como a única atividade econômica capaz fixar o colono a terra, garantindo assim uma produção regular, ao mesmo tempo em que permitia o povoamento de extensas áreas de florestas.³⁷

Ainda sobre os trabalhos que abordam diretamente a temática da agricultura em terras amazônicas, destacamos um estudo recente, de 2011, que defendi no Programa de Pós-graduação em História da UFF, publicado em 2016 com o título *Terra de colonização: agricultura e vida rural ao norte do império brasileiro*. Nele procuro demonstrar as dimensões tomadas pela agricultura na Amazônia durante o Império, a partir do final da década de 1830. Diante de uma discussão observada na imprensa, em documentos e pronunciamentos oficiais, e que suscitou diversas e diferentes interpretações, construímos uma proposição de análise

³⁵ CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ); SILVA, Marcio Antônio Both da. *Babel do Novo Mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Guarapuava, PR; Niterói, RJ: Edunicentro; EdUFF, 2011.

³⁶ MOTTA, Márcia. O rural redescoberto... *Op. cit.*; GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito*. São Paulo: Annablume, 2006. De Marina Monteiro Machado, "Terra indígenas e o avanço do café: abrindo fronteiras no Vale do Paraíba (séculos XVIII e XIX)" (p. 101-118); de Francisco Eduardo Pinto, "Terra de índio, terra de ninguém: conquista e civilização da banda oriental da Capitania de Minas" (p. 119-134); de Carlos Leandro Esteves, "Homem certo para o lugar certo: colonização, educação rural, e tecnização da agricultura na experiência dos combinados agro-urbanos em Goiás durante o governo Mauro Borges Teixeira" (p. 41-62); e, de Francivaldo Alves Nunes, o capítulo "Agricultura e colonização nas terras da floresta da Amazônia Oriental (século XIX)" (p. 135-158). In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia M. M.; OLIVEIRA, Oséias de (orgs.). *História agrária: propriedade e conflito*. Guarapuáva, PR: Edunicentro, 2009.

³⁷ NUNES, Francivaldo Alves. *Benevides: uma experiência de colonização na Amazônia do século XIX*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.

que observava a agricultura para além de fenômenos relativos à produção, distribuição e consumo, ou ainda das rendas que poderiam gerar com a comercialização de seus produtos. Defendi que para a Amazônia a agricultura se constituiu, nos discursos das autoridades locais, como atividade moralizadora, disciplinadora, capaz de assegurar a constituição de propriedades e povoamento regular, além do que, possibilitaria a implantação de um modo de vida interpretado como civilizado e moderno, sem deixar de destacar as diversas experiências de acesso e ocupação da terra, principalmente nos espaços de colonização.³⁸

Edilza Fontes, em recentes estudos, seguindo esta preocupação em entender o acesso e uso da terra em programas de colonização, revela as propostas de reforma agrária no Pará, ocorridas no pré-1964, tendo como análise os decretos dos governos do Estado. Neste aspecto, a autora procura entender a política de assentamentos de pequenos produtores rurais, assim como o debate sobre a posse da terra com a abertura de estradas, a fim de compreender as ações destes assentados na garantia do direito a terra e a permanência nos espaços de colonização.³⁹ Esta questão é também objeto de análise em tese recentemente defendida de Thiago Broni Mesquita, para quem os processos de ocupação de terra nas chamadas áreas de expansão da rodovia Belém-Brasília, localizadas entre o Nordeste e o Sul do Pará, nos anos de 1960 e 1975, geraram um volume significativo de conflitos pela posse da terra, que foram consequência de um processo desordenado de ocupação, assim como operações fraudulentas de venda de terras e situações de violência, morte e impunidade no campo.⁴⁰

Tanto os estudos mais recentes quanto aqueles revelados anteriormente estão hoje abrigados em um grupo de pesquisa que vem privilegiando esta discussão que envolve as dimensões sociais de um espaço agrário multifacetado e marcado pela diversidade de experiências de uso e apropriação da terra. No caso, a Rede *Proprietas*, liderada por Márcia Motta. Trata-se da iniciativa de uma equipe composta por pesquisadores de diferentes áreas que tem como objetivo fomentar as discussões acerca da ideia de bem comum, historicizando e problematizando a noção de propriedade individual, muitas vezes tomada como natural e absoluta. A proposta do grupo é funcionar como um canal para debate e reflexão sobre a temática da propriedade, para produção e divulgação de pesquisas, bem como para intercâmbio e interação entre pesquisadores cujos trabalhos zelam pela preservação e defesa de interesses coletivos e a temática da propriedade. Corresponde, portanto, a uma iniciativa de lançar a temática da propriedade a uma posição de destaque na atual agenda de debates, problematizando conceitos, representações e valores. Com base em abordagem interdisciplinar

³⁸ NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e agricultura na Amazônia*. 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ); NUNES, Francivaldo Alves. *Terras de colonização: agricultura e vida rural ao norte do império brasileiro*. São Paulo: Scortecci, 2016.

³⁹ FONTES, Edilza Joana. A reforma agrária em projeto: o uso do espaço legal para garantir o acesso a terra no Pará (1960-1962). *Antítese*, Londrina (PR), v. 8, n. 15 esp., p. 366-392, nov. 2015.

⁴⁰ MESQUITA, Thiago Broni de. *"Uma estrada revela o mundo": O SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

pretende, com o aprofundamento dos estudos e das discussões sobre o assunto, abrir caminho para o tratamento de questões que perpassam as distintas dimensões em que a propriedade se apresenta, valorizando as diversidades das formas de acesso e experiências sociais rurais.⁴¹

Ao que nos aponta a força de organização e capacidade destes pesquisadores, teremos para os próximos anos espaços privilegiados de análise das experiências sociais rurais, como novas respostas a leituras que uniformizam o espaço agrário. Aos novos estudos se apresenta a necessidade de compreender que essa diversidade é construída historicamente de distintas formas de apropriação e usos da terra e demais recursos naturais, como a apropriação e o uso comum, além da apropriação familiar, das transformações dos sistemas econômicos regionais, nacionais e internacionais, da relação com o Estado e as políticas públicas, além da agricultura agroexportadora e do agronegócio.

Entre outras reflexões

Ao que se observa, as pesquisas voltadas para a compreensão das transformações sociais do mundo rural no Brasil, nos campos da história e sociologia, a partir da segunda metade do século XX, fizeram largo uso das representações coletivas empregadas pelos diferentes agentes sociais para designarem o universo social em que se inserem, assim como seu pensamento e valores. Neste aspecto, não apenas emergem uma riqueza de experiências e trajetórias de vida, mas também são cunhados e ressignificados termos e concepções próprios do ambiente rural, o que mostra que a diferenciação social era uma constante, tanto para grupos dominados quanto para os dominantes.

Entender os modos de dominação social, as tensões a que estão submetidos, as mobilizações de diferentes grupos e seus efeitos, bem como as transformações possíveis com maior ou menor probabilidade, implica distanciar-se de qualquer perspectiva homogeneizadora de grupos sociais em disputa, sobretudo as visões dicotômicas simplistas, como exploradores e explorados, opressores e oprimidos etc. Como revelamos, em muitos aspectos esta leitura simplista e dicotômica do espaço agrário, reproduzidas na fala do presidente do Brasil, se constitui como estratégia de silenciamento do protagonismo das populações pobres em detrimento dos valores defendidos pela agroindústria e as experiências de trabalho e produção vinculadas a grande propriedades.

Nestes estudos que buscam compreender as experiências rurais pelo âmbito de sua diversidade, se observa um refinamento nos instrumentos de compreensão das transformações sociais e a recusar qualquer reificação de categorias sociais. Estes grupos devem ser concebidos na sua realidade concreta, com existência atestada por seu uso pelos vários agentes sociais com que convivem, ou que as usam para designarem suas próprias

⁴¹ Mais informações estão disponíveis no site do grupo, em: <http://proprietas.com.br/>.

condições no espaço social. Neste aspecto, ganha sentido com a especificação das formas de dominação em que estão inseridas e as estratégias de luta e resistência.

Assim é que as posições intermediárias como a de sitiante, pequeno proprietário ou posseiro, ou ainda arrendatário ou parceiro devem ser compreendidos nos estudos de história e sociologia em oposição à base da escala social, como colonos e agregados, cuja existência está submetida à autoridade dos grandes proprietários, sobretudo no tocante aos padrões de residência e de trabalho. Significa também dizer que também podem estar em oposição aos senhores de terras, fazendeiros e grandes proprietários, cujas atividades se restringem a dar ordens aos que subordinam e a verificar seu cumprimento. Isto só é percebido quando analisamos estes agentes na cadeia de relações que estabelecem historicamente.

Não há porque isolar um só personagem social, atribuindo-lhe qualidades que prefigurariam certa evolução do mundo rural, em vez de estudar como os movimentos de cada condição social se combinam ou se chocam com aqueles buscados pelas demais categorias. Aqui, como em outras situações examinadas com as lentes acumuladas pelas ciências sociais e a história, a evolução do todo não pode ser apreendida pela simples soma das partes e menos ainda pelo conhecimento de só uma das componentes.

O conhecimento daqueles que foram denominados sítiantes, agricultores, lavradores, entre outras denominações, como apontamos, supõe sempre que se especifiquem os feixes de relações sociais em que se inscrevem, mesmo e sobretudo se estivermos interessados em examinar os modos de produção, consumo, percepção e valores associados a terra ocupada. Talvez a novidade não seja tanto das personagens sociais estudadas, quanto do novo olhar que se instaura sobre o espaço rural. Significa não mais se aceitar que a hegemonia dos grandes proprietários seja tal que impeça a observação e a descrição da diversidade dos modos de vida e de trabalho e de conceber a vivência no mundo rural.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Os rios do açúcar no Nordeste oriental*. Recife: IJNPS, 1957.
- BASTOS, Eliane Cantarino O'Dwyer. *Laranja e Lavoura Branca. Um estudo das unidades de produção camponesa da Baixada Fluminense*. 1981. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. Vol. 3: O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1981.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1964.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e Sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luis. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).
- CORSI, Francisco Luiz. Política econômica e nacionalismo no Estado Novo. In: SZMERECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson. *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Hucitec: São Paulo, 1997.
- ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- FONTES, Edilza Joana. A reforma agrária em projeto: o uso do espaço legal para garantir o acesso a terra no Pará (1960-1962). *Antítese*, Londrina (PR), v. 8, n. 15 esp., p. 366-392, nov. 2015.
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: IEB-USP, 1969.
- FUKUI, Lia. *Sertão e bairro rural: parentes e família entre sitiantes tradicionais*. São Paulo: Ática, 1979.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio Raúl; GRYNSZPAN, Mario. Veredas da questão agrária e enigmas do grande sertão. In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002*. São Paulo: Sumaré; ANPOCS, 2002.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia. Campesinato, família e diversidade de explorações Agrícolas no Brasil. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. Vol. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo; Brasília: Ed. UNESP; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito*. São Paulo: Annablume, 2006.
- HÉBETTE, Jean (org.). *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

- IANNI, Octávio. *Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2004.
- MARÍN, Rosa Elizabeth Acevedo. Conflitos agrários no Pará. In: FONTES, Edilza Joana Oliveira (coord.). *Contando a história do Pará*. Vol. II: os conflitos e os grandes projetos na Amazônia contemporânea (Século XX). Belém: E. Motion, 2002.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2012.
- MESQUITA, Thiago Broni de. "Uma estrada revela o mundo": O SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder*. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- MOTTA, Márcia M. M. *O Rural à 'la gauche': campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996)*. Niterói, RJ: EdUFF, 2014.
- MOTTA, Márcia. O rural redescoberto: novas perspectivas nos estudos sobre a história do direito à terra no Brasil. *Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. (Site). Publicado em: 1º nov. 2011. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=72&id=893#seis>. Acessado em: 4 ago. 2019.
- MUSUMECI, Leonarda. *Mito da terra liberta: 'colonização espontânea', campesinato e patronagem na Amazônia Oriental*. São Paulo: Vértice; ANPOCS, 1988.
- NEVES, Delma Peçanha. *Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo de formas de subordinação de pequenos produtores agrícolas ao capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- NUNES, Francivaldo Alves. *Benevides: uma experiência de colonização na Amazônia do século XIX*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.
- NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e agricultura na Amazônia*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).
- NUNES, Francivaldo Alves. *Terras de colonização: agricultura e vida rural ao norte do império brasileiro*. São Paulo: Scortecci, 2016.
- OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia M. M.; OLIVEIRA, Oséias de (orgs.). *História agrária: propriedade e conflito*. Guarapuáva, PR: Edunicentro, 2009.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre a civilização de grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização do vale do Iatajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SILVA, Francisco C. Teixeira da. *Camponeses e Criadores na Formação Social da Miséria (1820-1920)*. 1981. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SILVA, Helen Osório. *O império português no sul da América*. Estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

SILVA, José F. Graziano da. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, Marcio Antônio Both da. *Babel do Novo Mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)*. Guarapuava, PR; Niterói, RJ: Edunicentro; Eduff, 2011.

VELHO, Otávio. *Frente de expansão e estrutura agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

ZARTH, Paulo. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2002.